

BNDES e Itaipu: novas bases para o desenvolvimento sustentável

Nelton Miguel Friedrich

18

**BNDES e Itaipu: novas bases para
o desenvolvimento sustentável**

NELTON MIGUEL FRIEDRICH

RESUMO

Mais do que uma palavra da moda, a sustentabilidade vem se impondo como uma necessidade, à medida que a biocapacidade do planeta vem se esgotando. Diante de uma situação global desafiadora, há uma percepção cada vez mais clara do papel que as empresas têm a desempenhar na construção de novos padrões de produção e consumo, respeitando não apenas a capacidade de suporte dos ecossistemas, mas também a igualdade e a equidade entre as pessoas. Nesse contexto, destacam-se as iniciativas de Itaipu Binacional e centenas de parceiros no sentido de recuperar e preservar os ecossistemas em sua área de atuação, em permanente diálogo com as comunidades locais, cuja inclusão, bem estar e desenvolvimento sustentável busca consistentemente promover.

ABSTRACT

More than a buzzword, sustainability has become a necessity, as the Earth's bio-capacity has come under threat. Facing a challenging global situation, there is an increasingly clearer understanding of the role that companies must play in establishing new standards for production and consumption, respecting not only the capacity of ecosystems, but also equality and equity between people. Within this context, we highlight the initiatives of Itaipu Binacional and hundreds of partners to restore and preserve the ecosystems where they operate. They remain in constant dialogue with local communities, consistently seeking to foster their inclusion, welfare and sustainable development.

INTRODUÇÃO

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) é uma instituição cuja história, de mais de sessenta anos, se confunde com a trajetória recente da nação brasileira. Nesse período, ele se firmou como uma das principais molas propulsoras do desenvolvimento do país, tanto que sempre esteve ligado a projetos vitais para a infraestrutura e para a geração de empregos no Brasil.

Por isso, para uma empresa que tem essa importância e presença em todos os segmentos da economia nacional, desenvol-

ver uma política que inclui as dimensões social, ambiental, cultural e regional significa um marco para o Brasil.

Como evidência dessa postura corporativa do BNDES, tomem-se o planejamento estratégico que elegeu a inovação, o desenvolvimento local e regional e o desenvolvimento socioambiental como aspectos essenciais do fomento econômico no contexto atual. Entre as linhas de atuação, surgiram iniciativas como o Fundo Amazônia e o BNDES Mata Atlântica. O Banco fez, ainda, seu Inventário de Emissões de Gases do Efeito Estufa, em 2012.

Essa postura conferiu nova dimensão e significado ao “S” do BNDES, possibilitando a criação de novas linhas de financiamento para ações sociais e ambientais, agricultura familiar, saneamento básico e transporte urbano, bem como fomento a pequenos empreendimentos. É com micro e pequenas empresas que se viabiliza uma economia horizontalizada e pulverizada, com mais e melhores oportunidades para todos, sem concentração em poucos grandes grupos.

Também aumentou a preocupação do Banco em estabelecer condicionantes para o financiamento de grandes empreendimentos que tenham potencial para gerar possíveis impactos socioambientais em uma determinada região. Disso resultaram análises mais criteriosas em relação às ações de mitigação e compensação desses impactos.

Na Itaipu Binacional, a maior geradora de energia limpa e renovável do planeta, mudanças semelhantes também ocorreram. A empresa, que já adotava algumas iniciativas socioambientais desde sua criação, passou por um amplo processo de revisão de seu planejamento estratégico em 2003, motivado pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que demandou das empresas estatais uma atuação mais forte na integração regional e na inclusão social e produtiva e maior envolvimento e abertura para o diálogo em suas respectivas áreas de influência.

Disso resultou uma nova missão institucional, que passou a considerar, além da geração de energia de qualidade, também o desenvolvimento sustentável da região de fronteira entre Brasil e Paraguai. A partir de então, Itaipu se lançou em uma série de iniciativas, como o Parque Tecnológico Itaipu, a Plataforma Itaipu de Energias Renováveis, o projeto Veículo Elétrico, o programa Cultivando Água Boa, o projeto de Incentivo à Equidade de Gênero e muitas outras.

Tanto o BNDES quanto a Itaipu adotaram essas posturas para atender aos novos desafios mundiais. Sem dúvida, a civilização humana atravessa hoje uma das principais – se não a maior – crises de sua trajetória. É uma crise civilizatória com múltiplas facetas. Decorre de padrões de produção e consumo insustentáveis, da cultura do ter, da aparência e do descartável. Está ligada às alterações climáticas, à poluição do ar, da água e do solo em todos os ecossistemas, com a consequente extinção de espécies vegetais e animais, e levanta a possibilidade de um iminente colapso da biocapacidade da Terra.

Entre as populações humanas, é uma crise que impõe suas consequências mais graves sobre os que menos contribuíram com o problema. Populações que sofrem com a falta de acesso à água potável, à produção de alimentos de qualidade e ao saneamento básico, ou ainda estão em áreas de conflito armado, que normalmente está associado à disputa por recursos naturais.

Essa crise requer um senso ético e de urgência, para que seja ultrapassada a insensatez do crescimento ilimitado, da produção infinita, da ganância autodestrutiva, do consumismo insaciável e da desigualdade social, e assim alcançada uma Terra sustentável, saudável, justa e equitativa.

Sustentabilidade, a propósito, embora seja uma palavra da moda, é um termo cujo conceito vem sendo debatido e aprimorado nas últimas décadas. Desde o Clube de Roma, ainda no fim dos anos 1960, quando se começou a falar em limites de

crescimento, passando por Estocolmo em 1972, pela Comissão Brundtland [que produziu o documento “Our Common Future” (Nosso Destino Comum) nos anos 1980], pela Rio 92 (que resultou na Convenção de Biodiversidade, na Carta da Terra e na Agenda 21), pelo Pacto Global, nos anos 2000, até chegar à Rio+20, com as Metas de Desenvolvimento Sustentável.

Vale lembrar que, nesse meio tempo, também surgiram o conceito de Tripple Bottom Line (o tripé de sustentabilidade, que abrange os aspectos sociais, ambientais e econômicos) e o conceito de pegada ecológica. Surgiram o Dow Jones Sustainability e, posteriormente, o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) Bovespa, e com isso novas normas de certificação de produtos (abrangendo aspectos socioambientais), indicadores de sustentabilidade como os do Instituto Ethos e os do Ibase, e novas leis referentes às emissões de gases do efeito estufa e ao tratamento de resíduos sólidos.

Hoje, entende-se que sustentabilidade (apesar de ainda ser um conceito em construção) parte da constatação de que a natureza tem sua complexidade, seus limites e potencialidades. Cabe compreender isso para promover uma nova aliança cultura-natureza, revisitando a ciência e tecnologia, e permitindo o emergir de uma nova economia e uma nova política – calcadas em ética, saberes, crenças, valores e sentidos existenciais, enfim, um novo modo de habitar a casa comum dos homens. Só assim será alcançado o tão desejado desenvolvimento sustentável, ou não haverá desenvolvimento nenhum.

Nesse contexto, todos (governos, sociedade civil, instituições privadas, entidades sindicais, cooperativas, universidades, centros de pesquisa, escolas, cidadãos e cidadãs) têm um papel a desempenhar na caminhada pela sustentabilidade, que pressupõe a ética do cuidado e da solidariedade. Há que se cogir ações integradas, sistêmicas, participativas, de inclusão social e de qualidade de vida para todos.

Disso tudo, resultam profundas mudanças naquilo que se entende como o papel das corporações. Basta lembrar que, nos anos 1980, na melhor das hipóteses, uma empresa falava em alguma ação filantrópica. O social e o ambiental eram relegados ao segundo plano, eram “coisas de governos”. Porém, hoje, a responsabilidade socioambiental deixou de ser um tema estranho ao ambiente corporativo para se tornar inerente aos processos de tomada de decisão.

Há uma percepção cada vez mais clara e difundida de que, diante da situação global desafiadora que se impõe, as empresas, públicas ou privadas, têm um papel importante a desempenhar na construção de novos padrões de produção e consumo. Padrões esses que, do ponto de vista ambiental, respeitem a capacidade de suporte dos ecossistemas e, do ponto de vista social, respeitem e promovam os direitos humanos, a igualdade e a equidade entre as pessoas.

Hoje, já há um conjunto considerável de empresas que vêm trabalhando nesse sentido e são muitos os casos de sucesso nessa área. Elas compreenderam, também, que a sociedade – e, portanto, os consumidores – está valorizando esse tipo de comportamento empresarial.

Muito em breve, é razoável prever que as empresas serão medidas por sua pegada ecológica: quanto de água, matérias-primas e energia a produção de cada produto consome; se a fonte de energia é renovável; quais os resíduos e se eles são tratados; qual a mão de obra empregada. Vale dizer que toda a cadeia de fornecedores terá a mesma avaliação. Enfim, começa-se a viver o balanço de menor impacto ambiental e maior valor social de cada empresa/organização.

Mas ainda há muito por fazer. As micro, pequenas e médias empresas, por exemplo, devem compreender que esse novo paradigma pressupõe a atuação em rede, a articulação e o somatório de forças. Apenas dessa forma será possível formar cadeias produtivas sustentáveis.

Outro ponto está no papel a ser exercido por grandes empreendimentos. No contexto das mudanças climáticas, não há mais como ter projetos de grande porte sem responsabilidade socioambiental. Um novo investimento – quer seja uma estrada, uma hidrelétrica ou uma indústria – deve exercer um papel protagonista em relação à promoção da sustentabilidade no território em que se instala, dialogando com os demais atores presentes nesse território, mas de uma maneira mais profunda do que prevê o atual sistema de audiências públicas.

Esse diálogo deve compreender os cuidados que serão tomados antes, durante e após a instalação do empreendimento, buscando sinergia com políticas públicas e com todos os demais atores que podem influir na sustentabilidade desse território.

É isso que a experiência da Itaipu tem demonstrado e foi nesse contexto que ocorreu uma aproximação entre a Itaipu e o BNDES. O Banco estava interessado nas ações de responsabilidade socioambiental que a binacional vinha pondo em prática e que se tornaram uma referência internacional, referendada por organizações como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e a iniciativa da Carta da Terra.

Em 29 municípios do oeste do Paraná, a Itaipu Binacional conseguiu pôr em prática uma iniciativa que visa à sustentabilidade de todo um território – o programa Cultivando Água Boa –, exatamente por reconhecer que todos têm um papel a cumprir. Assim, formou-se uma rede que hoje já soma mais de 2.200 parceiros, desde ONGs e líderes comunitários a órgãos das três esferas de governo, passando por organizações representativas do setor privado.

No lugar de ser uma mera repassadora de recursos, a Itaipu estabelece uma política pública estruturante (não pontual), propõe a responsabilidade compartilhada e se coloca como articuladora dessa rede de parcerias. Para cada real que aplica na iniciativa, esse montante é multiplicado por no mínimo três,

graças ao somatório de forças de todos aqueles que estão interessados em contribuir para a adoção de um novo jeito de ser, viver, produzir e consumir. Essa iniciativa se traduz em uma nova governança, uma nova tecnologia social, que demonstra que é impossível promover a mudança sem ampla participação, seja ela do corpo funcional de uma empresa ou da comunidade do entorno de um empreendimento.

A EXPERIÊNCIA DA ITAIPU

A empresa assumiu um papel cidadão. Ela desenvolve um papel econômico, com certeza, mas também um papel social pelo impacto que tem sobre as pessoas e um impacto cultural pela influência que tem sobre valores, comportamentos e hábitos da sociedade.

(Oded Grajew)

O programa Cultivando Água Boa surgiu como uma resposta local à crise socioambiental que a humanidade atravessa. A iniciativa partiu do patrimônio ambiental construído e do conhecimento técnico acumulado desde a construção da Itaipu Binacional, com destaque para uma área preservada de 105 mil hectares (quase a mesma extensão de área utilizada para a formação do reservatório), composta por oito refúgios biológicos e uma faixa de proteção com, em média, 200 m de largura e 1.350 km de extensão (somando-se as margens brasileira e paraguaia do lago). Destaca-se também o canal da Piracema, com 10 m de extensão e que permite aos peixes migradores vencer o desnível da barragem e subir o rio Paraná.

Do lado brasileiro, encontra-se uma das regiões agropecuárias mais produtivas do país. O oeste paranaense, que recebeu uma mescla de imigrantes europeus e também de outras partes do país, desenvolveu ao longo do tempo um sistema de produção extremamente eficiente, baseado em culturas como o milho e a soja, utilizados principalmente como insumos em cadeias produtivas de laticínios e carne de aves e de suínos.

A maioria das propriedades (ao todo são cerca de 35 mil) é de pequeno porte e administração familiar. Porém, atuando em forma de cooperativas, esses agricultores familiares constituíram um negócio de grande pujança econômica e alcance internacional, conquistando mercados em todo o mundo, especialmente no Oriente Médio e na Europa Oriental.

A produção agropecuária intensiva, contudo, cobra seu preço, especialmente com a contaminação dos cursos d'água e a degradação do solo. Algumas fontes chegaram até a secar, colocando em risco a sobrevivência de algumas propriedades e até mesmo afetando o abastecimento municipal.

Com a mudança da missão institucional da Itaipu e a consequente criação do programa Cultivando Água Boa, a empresa se abriu para o diálogo com essas comunidades do entorno para, em conjunto, buscar e implementar soluções.

O primeiro passo consistiu na identificação do território. O programa parte do princípio de que a bacia hidrográfica é a unidade de planejamento da natureza. Quaisquer que sejam os impactos e danos causados ao meio ambiente, as consequências são observadas nessa unidade, que também é o fio condutor que identifica as comunidades e conecta o local com o global.

Assim, ficou definida como área de atuação do programa a Bacia Hidrográfica do Rio Paraná Parte 3 (BP3), um triângulo encravado no oeste paranaense, que tem como vértices os municípios de Cascavel, Guaíra e Foz do Iguaçu, perfazendo um total de 29 municípios e 1 milhão de habitantes. Ao todo, são 8 mil km² de terras conectadas pela rede hídrica com o reservatório de Itaipu e que constituem um laboratório a céu aberto de iniciativas inovadoras não só no que fazer, mas de como fazer.

Além da bacia hidrográfica como unidade de planejamento, outros princípios que nortearam a concepção do programa foram:

1. O socioambiental como matriz maior, desde o enfrentamento de passivos ambientais com engajamento da

sociedade, consciente da gravidade e ciente de suas causas, até a inclusão de segmentos social e economicamente fragilizados.

2. A democracia participativa como a seiva do processo. Não se apresentaram soluções ou ideias prontas, mas, ao perceber que a maior fragilidade está no individualismo e na desarticulação, buscou-se assegurar sólidos mecanismos de envolvimento, espaços fecundos para a criatividade e que possibilitassem a resignificação da vida comunitária.
3. A reconciliação do humano com a natureza a partir da reflexão-sensibilização-ação (perguntando o porquê desta crise civilizatória/socioambiental, o porquê das mudanças climáticas, do aquecimento global, da escassez d'água, das novas epidemias, dos modos de produção e consumo insustentáveis, do antropocentrismo, da visão mecanicista, utilitarista, linear e fragmentária, dos valores deturpados, das profundas diferenças sociais e até mesmo questionamentos de ordem existencial).
4. O diálogo de saberes (originários, populares e acadêmicos) e o resgate de crenças, sentimentos, rituais, místicas, celebrações do acolhimento, da cooperação, do cuidado, da vida e do bem viver.
5. A compreensão de que "somos fios de uma teia da vida" e de que a visão holística e a abordagem sistêmica conformam uma maneira mais coerente de entender a vida, a mente e a sociedade, além de como agir, inclusive, quanto ao modelo de fazer gestão (de maneira sustentável, integral e integrada).
6. A desconstrução dos medos de inovar e de ousar, tanto no universo interno das organizações quanto na rede de relações externas, para possibilitar o fazer mais e diferente, e o pensar e o agir juntos nas transformações para um futuro sustentável e na ascensão de novos paradigmas.

7. A educação ambiental – formal, não formal e difusa interconectadas – emancipatória e transformadora, permeando todas as ações e capaz de mover e comover corações e mentes para a caminhada rumo à sustentabilidade.
8. O papel a cumprir pela Itaipu, muito mais de articular, compartilhar, somar esforços e dividir responsabilidades do que de fazer diretamente ou apenas ser repassadora de recursos.

EDUCAÇÃO COMO PONTO DE PARTIDA

*A educação não muda o mundo. A educação muda as pessoas.
As pessoas mudam o mundo.*

(Paulo Freire)

O Cultivando Água Boa nasceu sob a égide da educação ambiental emancipadora e transformadora, capaz de mover e comover corações e mentes rumo à sustentabilidade. Sinérgica, ela permeia todas as ações do programa e penetra círculos sociais e familiares.

Para fundamentá-lo, a roda não foi inventada. Seus fundamentos estão nos valores da ética do cuidado, da ética da solidariedade e da ética da sustentabilidade e nas recomendações de pactos e documentos nacionais e internacionais, como a Carta da Terra, Manifesto pela Vida, Agenda 21, Metas do Milênio, Pacto Global, Conferências do Meio Ambiente, Protocolo de Quioto, Prime, Água para Paz (UNESCO), Lei das Águas, Planos de Educação Ambiental e Formação de Educadores Ambientais.

Faz-se uso intensivo do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, das políticas e programas de educação ambiental, como Formação de Educadores Ambientais (FEA), da metodologia do educador e filósofo Paulo Freire, da ecopedagogia e das contribuições de diversos pensadores como Leonardo Boff, Fritjof Capra, Marcos Sorrentino, Moema Viezer, Enrique Leff e Carlos Galano.

Da UNESCO, veio o entendimento de que a educação não é um fim em si mesmo, é um direito fundamental e um instrumento-chave para mudar valores, comportamentos e estilos de vida: para alcançar um futuro sustentável, é necessário fomentar, entre a população, a consciência da importância do meio ambiente. E uma das formas de as pessoas adquirirem essa consciência, os conhecimentos e as habilidades necessárias à melhoria de sua qualidade de vida se dá por meio da educação ambiental, presente nos vinte programas e 65 projetos que compõem o Cultivando Água Boa.

Esses programas e projetos são interconectados e estruturados de maneira conjunta e participativa com a sociedade. Eles tratam, de um lado, da qualidade e da quantidade das águas, dos solos, da produção sustentável, do consumo consciente, da qualidade de vida das pessoas, da comunidade de vida, de convivência comunitária revitalizada. Em suma, de um novo jeito de ser-sentir, viver, produzir e consumir (que abarca o econômico, o social, o político, o ambiental, o cultural e até o espiritual).

De outro, tratam do fortalecimento do associativismo, da agricultura familiar, da assistência técnica e tecnologias apropriadas, da economia local mais solidária, de inclusão produtiva via novos arranjos produtivos e novas oportunidades (são quase quarenta novos arranjos produtivos locais que surgiram no bojo das ações do programa).

Metodologia de implantação do programa Cultivando Água Boa

O Cultivando Água Boa e o seu modelo de gestão representam a inovação e o uso de lições aprendidas atuais e milenares de uma forma surpreendentemente simples, fazendo com que a diversidade cultural da teia se transforme em resultados amplos, que cobrem um extenso espectro de saberes e resultados que vão além do cumprimento de metas técnicas.

Essa epígrafe é uma das conclusões que consta do “Estudo de Caso – Programa Cultivando Água Boa – Resultados, Modelo de

Gestão e o seu Papel como Referência Mundial”, do Instituto Superior de Administração e Economia da Fundação Getúlio Vargas (ISAE-FGV-PR). Atraída pela iniciativa, a FGV buscou, ao longo de 14 meses e mais de oitocentas horas de estudo, consolidar o olhar da academia sobre o programa e sua metodologia, que tem como marca registrada a participação comunitária.

Desde a implantação, busca-se instituir uma governança inovadora: não só governos, mas atores locais com compromissos e metas compartilhados. Em cada microbacia – e hoje são 194 recuperadas ou em fase de recuperação – aplica-se a mesma metodologia. Com as comunidades urbanas e/ou rurais que vivem no território da microbacia, seguem-se as etapas de sensibilização, Oficinas do Futuro (abrangendo o Muro das Lamentações, Árvore da Esperança e Caminho Adiante) e o Pacto das Águas (momento de celebração com todas as comunidades reunidas da em cerimônia com místicas e, no fim, as assinaturas dos convênios, acordos e termos de compromissos para executar as ações que foram decididas coletivamente). Essas etapas serão descritas a seguir.

Nas reuniões de sensibilização, há grande participação das comunidades, de líderes e do poder local, chamadas de reflexão-ação. Sem apontar culpados, ocorre um rico diálogo sobre mudanças climáticas, escassez de água, consumo exacerbado, o lixo produzido pela população a cada dia, passivos ambientais, situação da comunidade, valores da sociedade, questionamentos sobre o modo de vida, o envolvimento comunitário e a responsabilidade compartilhada.

Essas reuniões consistem em falar, ouvir e refletir, com envolvimento de crianças, jovens e adultos, governantes e governados, indivíduos e empresas. Sensibilizar, mover corações e mentes para agir. Tocar sentimentos, mexer com emoções, aflorar a inteligência do coração. A prática nos mostra que se ensina uma pessoa a plantar uma árvore em trinta segundos. Se ela

não compreender por que cultivar árvores, o sentido da árvore e seus benefícios para a vida e para o planeta, tudo se perde, tudo é muito efêmero.

Na sequência, cada município constitui um comitê gestor do programa. Multifacetado, o comitê agrega forças vivas do município em fórum representativo, democrático e de cooperação com o fazer. Exerce a cogestão do Cultivando Água Boa e se transforma em instância dialógica, de convivência, de negociação entre poluidores e poluídos, representantes dos governos local, estadual e nacional e de outras instituições da área pública, privada, ONGs, escolas, universidades, cooperativas, entidades de classe, inclusive com presença do Ministério Público em muitos casos. Nos 29 comitês gestores da bacia hidrográfica, são mais de 1.850 representantes dos segmentos sociais na sua composição, com coordenador geral escolhido e calendário de reuniões trimestrais.

Outro agrupamento estratégico – uma vez que a educação tem força de eixo estruturante e transformador para as iniciativas – é o Coletivo Educador de cada município. Ele agrega todas as políticas e propostas de educação ambiental. Estimula, converge e otimiza suas ações, coopera decididamente com a formação, capacitação, inclusive tem a coautoria na elaboração dos cardápios de conteúdos e na seleção de participantes dos processos formativos.

A etapa seguinte é a das Oficinas do Futuro. Até o momento, mais de trezentas foram realizadas, sem qualquer tipo de imposição e com centenas e centenas de pessoas envolvidas. Cada oficina começa com o Muro das Lamentações, em que o facilitador estimula os participantes a abrir seus corações a fim de fazer aflorar o situacional. Todas as inquietudes, críticas e problemas são anotados, formando um varal de lamentos no local do encontro comunitário. Quando se esgotam os lamentos, é hora de sonhar. Há estímulo ao sonho, à esperança. É a construção da Árvore da Esperança. Cada sonho apontado por

membro da comunidade é discutido e votado. O sonho deixa de ser individual e passa a ser coletivo.

O momento seguinte é passar à prática: “Vamos executar o que sonhamos?”. Com o Caminho Adiante, nome inspirado no último capítulo da Carta da Terra, aflora um plano de trabalho da microbacia, discutido, proposto e aprovado pelos atores locais.

Dias depois, faz-se o encontro de todas as comunidades da microbacia que vivenciaram as reuniões de sensibilização, as oficinas do Futuro e os membros do comitê gestor. É o dia para ser firmado o Pacto das Águas. Trata-se de uma envolvente cerimônia com belos rituais que majoritariamente se dá com os atores locais. As comunidades, por seus membros envolvidos, fazem uma síntese dos resultados das oficinas, realizam a mística da água, do fogo, da terra, do ar e da paz. Professam o compromisso de corrigir passivos, de cuidar e viver e conviver no “seu pedaço do planeta” e é quando todos firmam o compromisso, junto com líderes, autoridades e outros parceiros, de implementar o que foi decidido, de trilhar o Caminho Adiante ou a Agenda 21 do Pedaço.

O Pacto das Águas representa, sobretudo, um momento mobilizador, motivador e de pactuação e de empoderamento, de cidadania. Daí, começam as ações de recuperação dos passivos ambientais, de valorização do território onde vivem, de novas atitudes, de ações coletivas e individuais. Todas as etapas identificam o exercício de educação não formal.

Vale ressaltar que a educação ambiental se faz muito forte e presente em todas as etapas desse processo de evolução permanente. Tanto que a região assumiu um extenso programa de FEA, com o principal objetivo de contribuir para a formação continuada de multiplicadores desse processo.

Hoje, na Bacia do Rio Paraná 3, há perto de 19.500 protagonistas de educação ambiental; 81 comunidades de aprendizagem; 720 atores locais capacitados como gestores de bacias hidrográficas e 680 Agentes das Águas – pessoas vinculadas às

microbacias capacitadas para fazer o monitoramento participativo da qualidade da água por bioindicadores e, assim, revigoram a cultura da água (o que você faz com, para e na água) e revisitam a poesia, a sacralidade e a essencialidade da água.

Dentro da educação formal, foram trabalhadas mais de uma centena de oficinas para professores sobre a Carta da Terra, Sustentabilidade e Ética do Cuidado, envolvendo cerca de 4 mil participantes. Com 135 mil cartilhas o Mundo Orgânico nas escolas e quase quinhentas apresentações da peça de teatro *A Matita*, o programa trabalhou a questão da alimentação com produtos orgânicos com os alunos.

Essa iniciativa é complementar ao programa de Desenvolvimento Rural Sustentável – Vida Orgânica –, que permitiu inserir produto local e saudável na alimentação escolar nos municípios. Teve início com 186 produtores orgânicos, hoje são 1.190 entre convertidos e em fase de conversão para a produção orgânica, com 23 associações de produtores e oito cooperativas. Hoje mais de 60% da merenda escolar nos 29 municípios são de produção dos pequenos produtores familiares locais e 50% dos produtos são orgânicos.

Para motivar e mobilizar ainda mais em torno de assunto tão crucial como o alimento saudável, a cada dois anos realiza-se o Concurso de Receitas Saudáveis das Merendeiras dos 29 municípios. No último concurso, 850 merendeiras participaram, juntamente com nutricionistas, diretores das escolas, funcionários e comunidade escolar. Os pratos escolhidos vão para o Livro de Receitas Saudáveis das Merendeiras da Bacia Hidrográfica. O projeto se constitui em um grande difusor do consumo consciente, de hábitos saudáveis e de todo onexo água-terra-alimento-energia-vida saudável-planeta saudável.

É importante evidenciar que, em sintonia com o Departamento de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente (DEA/MMA), aplica-se procedimento democrático e participativo de-

nominado Pesquisa Ação Participante (PAP), com a arquitetura de formação baseada em quatro círculos de aprendizagem.

Eles estão divididos em PAP1 (constituído pelo órgão gestor de educação ambiental, que trabalha no contexto da territorialidade nacional); PAP2 (composto por coletivos educadores que se constituem ao longo do território por iniciativa de pessoas, grupos, instituições interessadas); PAP3 (constituído por pessoas envolvidas no processo de aprendizagem proposto pelo PAP2, que atuam como multiplicadores do processo formativo); e PAP4 (comunidades de aprendizagem constituídas a partir da intervenção pedagógica do PAP3 com apoio do PAP2).

Os resultados dos grupos PAP – também conhecidos como “pessoas que aprendem participando” – são extremamente positivos. Conseguiu-se, no primeiro processo formativo de educadores, reunir 2.907 pessoas em formação no PAP4 e, assim, ver proliferar férteis comunidades de aprendizagem. É preciso citar as salas e espaços verdes, que são territórios irradiadores de informação, formação e ação socioambiental instalados em alguns municípios da BP3, além da formação de comunicadores comunitários, com ênfase na educomunicação (Web Rádio Água); o trabalho de ecopedagogia que consiste na formação continuada de professores em Educação Ambiental e no novo conceito de pedagogia; entre outras iniciativas.

Outros resultados

Mesmo dentro do sistema global vigente, com alta insustentabilidade, o projeto Cultivando Água Boa rompe com a lógica dominante e mostra que é possível, de baixo para cima, a partir do povo e das comunidades e nos quadros de uma determinada região ecológica, criar uma miniatura daquilo que poderá, e possivelmente deverá ser o futuro de uma humanidade reunida no único Planeta Terra.

(Leonardo Boff)

- » Recuperação de passivos ambientais de microbacias, totalizando 1.322 km de mata ciliar recomposta e cercada,

nas margens dos pequenos rios, em uma região em que 90% das propriedades são de pequenos produtores, sem conflitos ou protestos, graças ao processo participativo e educativo de convencimento e graças à Sensibilização, Comitês Gestores, Coletivos Educadores, Oficinas do Futuro e ao Pacto das Águas.

- » Readequação de 2.000 km de estradas rurais antes erosivas e agora em nível, não erosivas e sustentáveis.
- » Implantação do Plantio Direto de Qualidade (com selo certificador), com mais de 40.000 ha de conservação de solos e outras práticas conservacionistas.
- » Implementação de política regional de reuso da água da chuva, com projetos ecopedagógicos (os conteúdos são trabalhados inclusive em aulas de matemática) de cisternas nas escolas para o uso não nobre da água, ação que está se multiplicando com várias iniciativas de cisternas em residências, indústrias e estabelecimentos rurais da região.
- » Plantas Medicinais: projeto que está nos 29 municípios, com 38 postos de saúde em que o médico receita e orienta sobre o uso de fitoterápicos – o projeto contribuiu para o surgimento de um polo regional de fitoterápicos, condimentares, aromáticos e matérias-primas para indústria de cosméticos. São dezenas e dezenas de pequenos produtores que “plantam saúde para colher vida”.
- » O Coleta Solidária envolve mais de seiscentos catadores, todos identificados com carrinhos e uniformes, 21 associações e cinco cooperativas, com 25 barracões (inclusive com duzentos carrinhos elétricos de catadores). O apoio à organização dos catadores dado pela Itaipu foi decisivo para que estes viessem a obter crédito com o BNDES para a aquisição de equipamentos, especialmente caminhões a serem utilizados na coleta de recicláveis.

- » Mais de oitocentos pescadores no Programa Mais Peixes em Nossas Águas, com implantação – após rigoroso estudo sobre a capacidade de suporte do reservatório – do projeto tanque-rede e colocação de carne de peixe na merenda escolar.
- » Quilombolas e três comunidades indígenas têm atenção especial. Em dez anos, não houve uma morte por subnutrição. Em média, as famílias estão com seis filhos. Nas aldeias, as escolas são bilíngues (em guarani e português) e há unidades de saúde, centros de nutrição, de artesanato e culturais, e com significativa produção orgânica para autossustento.
- » O programa Juventude e Meio Ambiente conta com 1.400 jovens envolvidos em diversas iniciativas do Cultivando Água Boa e na ação Cultura e Sustentabilidade.
- » A Plataforma Itaipu de Energias Renováveis, com iniciativas complementares ao Cultivando Água Boa, promove a geração de energia a partir da biomassa residual das atividades agropecuárias, transformando dejetos (passivos ambientais) em biogás e biofertilizante. Hoje, o Condomínio Cooperativo de Agroenergia na Agricultura Familiar beneficia dezenas de pequenos produtores de suínos e de leite. Os dejetos dos animais estão canalizados para biodigestores e, desses, via gasoduto, o metano é utilizado em uma Microcentral Termoelétrica a Biogás, tanto para a secagem de grãos como para o abastecimento das propriedades. Futuramente, pretende-se também fazer o aproveitamento do biogás como fonte de energia veicular.
- » Em parceria com o BNDES, a Itaipu, a Fundação PTI e outros atores da região firmaram um acordo de cooperação financeira no valor de R\$ 50 milhões, assinado em outubro de 2013, para consolidar, ampliar e fomentar quase três dezenas de arranjos produtivos locais de inclusão social e produtiva, e que apoiarão atividades ligadas à agricultura familiar, pesca, artesanato e coleta de lixo reciclável, entre outras atividades de baixa renda, complementando ações

que já são coordenadas pela Itaipu no âmbito do Cultivando Água Boa. O mesmo acordo contempla, ainda, a modernização da gestão pública municipal.

- » O compromisso com a qualidade de vida e o cuidado ambiental, com a implantação plena da Política Nacional de Resíduos Sólidos e a ousada mobilização de zerar, em uma década, o passivo de saneamento na área dos 52 integrantes da Associação dos Municípios do Oeste do Paraná.

Mais recentemente, agregou-se ao Cultivando Água Boa o movimento Cidades Sustentáveis e, hoje, 80% dos municípios da bacia já aderiram aos 12 Eixos da Plataforma:

1. Governança (fortalecer os processos de decisão com a promoção dos instrumentos da democracia participativa);
2. Bens Naturais Comuns (assumir plenamente as responsabilidades para proteger, preservar e assegurar o acesso equilibrado aos bens naturais comuns);
3. Equidade, Justiça Social e Cultura de Paz (promover comunidades inclusivas e solidárias);
4. Gestão Local para a Sustentabilidade (implementar uma gestão eficiente que envolva as etapas de planejamento, execução e avaliação);
5. Planejamento e Desenho Urbano (reconhecer o papel estratégico do planejamento e do desenho urbano na abordagem das questões ambientais, sociais, econômicas, culturais e da saúde, para benefício de todos);
6. Cultura para a Sustentabilidade (desenvolver políticas culturais que respeitem e valorizem a diversidade cultural, o pluralismo e a defesa do patrimônio natural, construído e imaterial, ao mesmo tempo em que promovam a preservação da memória e a transmissão das heranças naturais, culturais e artísticas, assim como incentivem uma visão aberta de cultura, em que valores solidários, simbólicos e transculturais estejam ancorados em práticas dialógicas, participativas e sustentáveis);

7. Educação para a Sustentabilidade e Qualidade de Vida (integrar na educação formal e não formal valores e habilidades para um modo de vida sustentável e saudável);
8. Economia Local Dinâmica, Criativa e Sustentável (apoiar e criar as condições para uma economia local dinâmica e criativa, que garanta o acesso ao emprego sem prejudicar o ambiente);
9. Consumo Responsável e Opções de Estilo de Vida (adotar e proporcionar o uso responsável e eficiente dos recursos e incentivar um padrão de produção e consumo sustentáveis);
10. Melhor Mobilidade, Menos Tráfego (promover a mobilidade sustentável, reconhecendo a interdependência entre os transportes, a saúde, o ambiente e o direito à saúde);
11. Ação Local para a Saúde (proteger e promover a saúde e o bem-estar dos cidadãos);
12. Do Local para o Global (assumir as responsabilidades globais pela paz, justiça, equidade, desenvolvimento sustentável, proteção ao clima e à biodiversidade).

Cada eixo tem metas a cumprir todo ano e só os municípios que atingirem as metas recebem o “selo de cidade sustentável”.

POR UM FUTURO SUSTENTÁVEL

O capital de que dispomos [não é] o conhecimento, mas as pessoas.

(Fritjof Capra)

São dez anos cultivando água boa. Os desafios foram muitos, mas os resultados quantitativos e qualitativos falam por si. Em grande parte, se devem à jornada contínua de aprendizagem transformadora de, pela educação, mudar pessoas para que estas possam mudar um território, um pedaço do planeta.

Devem-se, também, ao reconhecimento de que se vive um período de alargamento do conceito e das práticas da democracia, em que emergem novos espaços públicos e novas relações e redes de relacionamento, com crescente participação da sociedade nos

processos de discussão e de decisão concernentes às questões e políticas públicas, e que nos impõem uma nova governança, que é um fenômeno mais amplo do que governo propriamente dito.

Mas, para que essa governança se estabeleça e se fortaleça, é necessária uma agenda:

- » estabelecer mecanismos e definir o papel das instituições;
- » viabilizar a cooperação e a parceria entre governos e sociedade;
- » empoderar os principais atores, em especial os do território em que se localiza determinada iniciativa;
- » gerar a interação;
- » promover a confiança;
- » mobilizar pessoas e recursos para alcançar os resultados almejados; e
- » reconhecer o capital social da responsabilidade compartilhada.

Tudo isso sem esquecer as novas tecnologias da informação e o poder da organização em rede.

A prática aqui exposta tem um único condão: colocar essa experiência à disposição de todo e qualquer interessado em intercambiar iniciativas, de trocar aprendizados, de dialogar sobre conceitos, valores e metodologias que, sendo transformadores, são de importância universal e replicáveis em qualquer parte, respeitadas eventuais diferenças culturais.

Este artigo pretende exteriorizar uma convicção acumulada: todos são aprendizes de um novo começo, de um novo mundo, de um novo jeito de ser/sentir/viver/produzir/consumir. Mas a premissa para nele chegar está na educação crítica, dialógica, transformadora, ambiental e cidadã. Enfim, para mirar e sentir o horizonte da sustentabilidade, é preciso, inspirados em Ghandi, ser a mudança de que o planeta precisa.